

AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA¹

LILIAN SAMPAIO DE SOUZA²

ORIENTADORA: ROSILENE DE OLIVEIRA FURTADO³

RESUMO

A integração Regional é um fenômeno complexo e dinâmico. Esse processo foi intensificado a partir da Segunda Guerra mundial, quando os Estados começaram a sentir a necessidade de integrar-se. Desde então, muitos países iniciaram a criação de acordos e tratados que visavam a formação de blocos econômicos que compartilhassem objetivos comuns. Inicialmente as relações de negociação se davam por meio dos Estados, porém, com o aumento de atores nas relações internacionais, os processos de integração começaram a envolver diferentes tipos de Organizações Internacionais, multinacionais, grandes e pequenas empresas. O objetivo deste trabalho foi avaliar qual tem sido a importância da participação das Micro e Pequenas Empresas no processo de Integração do Mercosul. Entende-se, ademais, que as MPEs potencializam a integração regional por ter um papel importante no desenvolvimento econômico e social para o MERCOSUL. A metodologia utilizada para este artigo foi a pesquisa exploratória e descritiva.

Palavras-chave: Integração Regional. Mercosul. Micro e Pequenas Empresas. Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) têm um papel fundamental no desenvolvimento regional de cada Estado e conseqüentemente contribui para estimular a economia. Este artigo tem o objetivo de avaliar qual tem sido a importância da participação das MPEs no processo de integração do Mercosul, e está dividido em quatro seções.

Na primeira seção, apresenta-se os conceitos e aspectos históricos da integração regional, destacando a variedade de interpretação desse processo por

¹ Artigo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá.

² Acadêmica do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais - Universidade Federal do Amapá.

³ Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá e Professora de Economia do Curso de Relações Internacionais.

diversos autores e os diferentes contextos nos quais foram classificados. Além disso, apresenta-se a evolução da integração regional entre os Estados desde o final da Segunda Guerra Mundial até a formação dos blocos econômicos, em especial o Mercosul.

Na segunda seção, discute-se a integração regional a partir da visão das teorias das relações internacionais, sendo elas o funcionalismo, neorealismo e neoliberalismo. E também o impacto dos seus pressupostos para a integração regional.

Na terceira seção apresenta-se a classificação e conceito das Micro e pequenas dentro dos principais países do Mercosul. A fim de compreender a importância das microempresas para a economia e sua evolução, utiliza-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa de dados das Microempresas, tendo como alicerce taxas como PIB, de empregabilidade e níveis de desenvolvimento econômico.

Na quarta e última seção, realiza-se uma reflexão acerca do papel das micro e pequenas empresas no processo de integração regional e sua importância para o desenvolvimento econômico, social e de políticas públicas para a integração regional.

A justificativa para esse trabalho é que considerando a intensificação da Integração Regional desde a 2ª Guerra Mundial, a inserção de novos atores nesse processo e a relevância que as Micro e Pequenas empresas têm para a economia, este artigo torna-se relevante ao realizar uma reflexão sobre a importância das MPEs para a integração regional sul-americana.

Diante disso é levantado o seguinte problema, qual tem sido a importância da participação das Micro e Pequenas empresas no processo de integração regional do Mercosul?

Em relação à metodologia deste artigo foi utilizada a pesquisa exploratória e descritiva, pois segundo Prodavov e Freitas (2013, p. 52) “a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve levantamento bibliográfico”. Para este fim, realizou-se um levantamento bibliográfico, que inclui artigos, livros, e sites governamentais.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Definir integração é algo muito complexo e dinâmico, que não se reserva apenas ao aspecto econômico ou jurídico, mas, deve ser visto também como um fenômeno político (JÚNIOR, 2007). Isso porque as ações tomadas para o início de uma integração, dependem da vontade política dos Estados. Entretanto, a vertente econômica tem sido uma questão predominante para a decisão pela integração, como mostra o autor:

Apesar de ser fenômeno complexo, abrangente e caracterizado por uma variedade de tipos e conceitos, tem sido predominante a visão da integração em sua vertente econômica, o que acaba, no limite, por definir o contorno institucional do bloco (JUNIOR, 2007, pg. 20).

Os diferentes tipos de conceitos ligados à integração e seus estágios, dependem do contexto no qual os países estão e quais são os seus objetivos comerciais e econômicos. Herz e Ribeiro (2004, p. 168) definem a integração a partir do seu encadeamento como “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”. Já para Balassa a integração é:

Um conjunto de acordos, convênios, normas, regulamentações, etc. estabelecidos entre dois ou mais países, com o intuito de promover o desenvolvimento conjunto de suas respectivas economias, a partir do aproveitamento das vantagens econômicas oferecidas por acordos comerciais, por acordos setoriais de produção, pela eliminação de barreiras comerciais, pelo incremento do intercâmbio de mercadorias e fatores de produção e pela harmonização de políticas econômicas nacionais e internacionais. Encarada como um processo, a integração implica a eliminação gradual de barreiras e discriminações que afetam as relações econômicas entre diferentes países (BALASSA, 1973, p. 2).

Outro conceito de integração regional é utilizado por Ernst Haas que considera esse processo uma “tendência de criação voluntária de unidades políticas amplas, evitando conscientemente o recurso à força em suas relações com outras unidades que participem do processo” (BATTISTELLA, 2014). Para ele, as motivações para uma integração seriam a promoção da segurança, o desenvolvimento econômico e o controle de uma nação mais forte sobre outras menores. Tais objetivos seriam mais satisfatórios, e isso contribuiria para a paz mundial (HAAS, 1961, p. 366).

Uma outra visão sobre esse tema é explicado por Malamud (2014), ao afirmar que a ação coletiva para resolução de problemas são mais eficazes que as ações individuais:

A integração regional é um processo de partilha voluntária de soberania entre Estados contíguos. Por definição, pressupõe que os partícipes cedam – portanto, percam – a capacidade de agir sozinhos em certas áreas. O pressuposto é que a ação coletiva é mais eficiente que a individual para a resolução de certos problemas. Além da paz interestatal, o objetivo central da integração é o crescimento (ou desenvolvimento) econômico por meio de ganhos de escala e complementaridade. Por isso, ela visa à construção de um mercado comum de fatores (capital e trabalho) e produtos (MALAMUD, 2014, pg 11).

A percepção de que essas ações coletivas seriam mais eficazes do que as individuais, se deu após o final da 2ª Guerra Mundial quando iniciou-se a intensificação de políticas que buscavam a aproximação dos países e meios pelos quais eles pudessem cooperar sem a utilização da guerra como instrumento de persuasão. Isso porque, as relações entre os países de davam por meio da força de um Estado maior sobre um menor, resultando em contantes conflitos.

Logo, nesse novo momento de criação de acordos, segundo Azevedo (2014, p. 32) “um dos pontos da pauta política internacional dizia respeito a como impedir o aparecimento de novos conflitos armados entre as nações”. Conforme as transformações ocorriam no sistema internacional a necessidade da integração ficava mais evidente. Os problemas com desenvolvimento social e econômico domésticos, passaram a ser levados para além das fronteiras, estimulando a criação de blocos econômicos regionais.

A partir desse período, as economias mundiais passam a conviver com a necessidade de integração, tendo em vista a dinâmica e a agilidade/velocidade dos processos que marcam o funcionamento da economia-mundo (AZEVEDO e LOCATEL, 2012, p. 6)

Essa integração regional econômica vem dizer especificamente que os blocos se reuniram pela necessidade geográfica e traziam dentro do seu interesse a troca de produtos. Essa atividade não se limitava somente na troca, como era primitivamente por meio do escambo, mas, permitia também a relação econômica, financeira e política dos Estados envolvidos.

A partir disso, durante o decorrer dos anos a economia passou a se organizar por meio dos blocos regionais. Essa aproximação fez com que surgissem uma onda

de integração entre os Estados e a criação de acordos que estabeleçam as regras de cada bloco.

Os acordos de integração são fatos importantes para a economia mundial. Segundo Júnior (2007), inicialmente eles possuíam muita interferência estatal, porém, novos atores começaram a fazer parte do processo de negociação regional. Organizações Internacionais, multinacionais, estados, municípios, empresas, micro e pequenas empresas passaram a influenciar a tomada de decisões sobre as políticas de integração.

No que se refere aos tipos de integração regional, como mostra Moreira (2010) esse processo pode ser classificado em dois graus, o “profundo” e o “superficial”. O autor defende a ideia de que o grau mais profundo “diz respeito aos tratados que têm como objetivo a livre circulação de pessoas e harmonização de políticas macroeconômicas” (MOREIRA, 2010, p. 220). O grau superficial é o acordo que acontece apenas para a formação de áreas de livre comércio, capital e mercadorias.

A União Europeia, foi a pioneira e representou uma evolução de integração profunda iniciada em 1950. Chamada de Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), ela foi se desenvolvendo até se consolidar como União Econômica e Monetária (ALMEIDA, 2013, pg. 17). A consequência dessa integração foi a modernização de seus países partes, a livre circulação de bens e pessoas, e a fusão de empresas originadas de diferentes países signatários do acordo. Com isso a identidade não era mais apenas a nacional, a cidadania tornou-se europeia.

Um exemplo de bloco econômico “superficial” é a integração entre os Estados Unidos, Canadá e México por meio de um Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta- North American Free Trade Agreement). Esse bloco tem como objetivo de fortalecer as relações comerciais entre esses Estados, eliminando as barreiras alfandegárias e facilitando o trânsito de produtos e serviços, porém, a circulação de pessoas não é permitida (ALMEIDA, 2013, pg. 17).

Segundo Almeida (2013) no que se refere a América do Sul, o Mercosul é o bloco econômico que “se destaca como a mais importante tentativa de constituição de um mercado comum entre países em desenvolvimento”. Dentre seus objetivos, destacam-se a livre circulação de bens e serviços, “a coordenação de políticas

macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio” (OLIVEIRA e ESPÍNDOLA, 2015, pg. 1).

Caracterizar o Mercosul, entre “superficial” e “profundo” não é tarefa fácil, tendo em vista que seu processo de integração cujo objetivo é de se tornar um Mercado Comum do Sul não foi finalizado. Como é visto as negociações para avançar nesse estágio de integração dependem de entraves econômicos e políticos. Entretanto, alguns fatores impulsionando o avanço na negociação do processo de integração, sendo um deles o foco desse artigo, que é a reflexão do papel das MPEs como atores relevantes de integração econômica e social dentro do Mercosul.

2 TEORIAS RELACIONADAS A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O estudo da integração regional dentro das relações internacionais e economia possui muitas vertentes, que são elencadas por meio das teorias das relações internacionais. Para fins de delimitação e enquadramento deste tema, será abordada apenas a explicação oriunda do funcionalismo, neofuncionalismo, neoliberalismo e neorealismo dentro das relações internacionais.

As duas guerras mundiais causaram muitos impactos nas relações internacionais, alternando em conflitos e tentativas de cooperação. Esses dois períodos provocaram na sociedade internacional mudanças como, transferência da centralidade da Europa para os Estados Unidos, o surgimento de um sistema bipolar, expansão do pensamento liberal, a criação da primeira cadeira de política internacional, a corrida armamentista que foi significativo para Guerra Fria, entre outros.

Um importante marco para as relações internacionais e para a discussão da Integração Regional, foi sem dúvida, a criação da Liga das Nações que findou a primeira Grande Guerra (MAGNOLI, 2013). Woodrow Wilson, com seus quatorze pontos criticou a política de equilíbrio de poder. Segundo Jackson (2007, p. 10) “O pensamento de Wilson está fundamentado em uma visão liberal dos seres humanos e da sociedade: os homens são racionais, e poderiam estabelecer organizações capazes de gerar benefícios”.

Os pontos de Wilson criticavam os acordos secretos, solicitava que a navegação e o comércio fossem livres para fomentar a cooperação internacional, buscavam que houvesse redução armamentista, remoção de barreiras econômicas, orientações específicas para alguns países em conflitos. E por último recomendava a criação de uma associação geral de nações que deveria ser formada sob cláusulas específicas com o objetivo “de proporcionar garantias mútuas de independência política e integridade territorial para grandes e pequenos estados” (KIFFER, 2011, pg. 434). Essa associação tinha como objetivo segundo Nye (2009), de ordenar a segurança internacional por meio de organizações e regras para aplicar aos acordos, banir a guerra ofensiva e punir o Estado agressor.

Wilson, entretanto, não obteve sucesso com a liga das nações, pois, nem mesmo os EUA aceitaram os termos, uma vez que isso significaria abrir mão de parte de sua soberania. O fracasso da Liga das Nações, as consequências do Tratado de Versalhes, que determinava a Alemanha como culpada de causar a guerra, a não resolução dos problemas resultantes da Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, foram fatores preponderantes para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (MAGNOLI, D. 2013).

Após o fim da Segunda Guerra, com a vitória dos Aliados, inicia-se uma nova reorganização da Sociedade Internacional e um alinhamento político. Estados Unidos e União Soviética, que antes constituíram alianças durante a Guerra, emergiram como potências rivais. Magnoli (2013) afirma que “o fim da Segunda Guerra Mundial marcou o encerramento da hegemonia europeia e deflagrou a disputa entre o mundo ocidental, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética” anunciando a Guerra Fria.

Esses dois períodos históricos marcaram as relações internacionais em vários aspectos. Na academia fez com que surgissem debates de caráter ontológico, na política criou princípios elementares para o que se tornaria mais tarde fundamentos para as Teorias das Relações Internacionais e Teorias Econômicas da Integração.

Uma das primeiras teorias originadas nesse período que discutiu a integração regional foi a teoria clássica funcionalista de David Mitrany, que surgiu durante o entre guerras, como uma forma de estimular o processo de integração regional a partir de uma aproximação pacífica dos Estados, renunciando a guerra e optando

pela cooperação (MARQUES, 2017). Mitrany afirma que o processo de integração é iniciado a partir da identificação de problemas compartilhados entre os Estados da região, o que leva a uma aproximação, de forma a buscar uma integração por meio das instituições.

O funcionalismo aposta na “funcionalidade” das organizações internacionais, entendendo que para a integração ocorrer em um ambiente político tão delicado quanto o cenário pós-guerra era necessário promover um divórcio entre política e áreas técnicas (Araújo, Fraga e Viana, 2014, p. 42). Ou seja, para essa teoria as organizações internacionais “funcionam” mais do que os Estados. Isso porque elas passam uma maior segurança por não estarem ligadas a possibilidades de ameaça à soberania.

O foco do funcionalismo era discutir de que forma os Estados poderiam se aproximar de forma pacífica. A consequência dessa teoria para a integração regional segundo Mitrany é que “a colaboração funcional num setor resultante de uma necessidade, pode gerar necessidade de colaboração funcional em outros setores” (MARIANO, 2015, p. 216) que poderá levar à integração econômica e política.

Já a teoria neofuncionalista é abordada a partir de 1980, quando novos autores passaram a aperfeiçoar a teoria funcionalista, para explicar o início da união Europeia. Segundo Mariano (1995, pg. 7) “o neofuncionalismo surge na teoria das relações internacionais como um instrumento para entender a ideia das instituições internacionais que desempenham funções específicas dentro desse sistema”. O neofuncionalismo possui ênfase no efeito da integração a partir de novos setores e atores, garantindo uma irreversibilidade da integração, pois esses interesses regionais ficariam acima dos individuais (MARIANO, 2015). Ou seja, o neofuncionalismo defendia a inserção de novos atores na integração para uma maior consolidação desse processo.

As teorias neoliberais e neorealistas vieram de uma transformação das teorias clássicas liberais e realistas, do início dos estudos das relações internacionais que eram compostas por debates antagônicos. Dentro desse contexto de embates surgiu a partir da década de 70 o neoliberalismo e neorealismo como resposta ao contexto histórico no qual o mundo vivia.

O neoliberalismo consiste em uma nova forma de abordagem liberal como alternativa ao pensamento realista, evitando os recessos utópicos do idealismo de Wilson. Essa teoria oferece o argumento sobre os novos temas que estavam em evidência na época de sua criação, que são as vantagens mútuas de cooperação a longo prazo, integração como um alto nível de comércio, comunicação, e outras relações de transações através das fronteiras.

Essa inserção de novos temas nas relações internacionais, só foi possível pois houve a perda da importância da centralidade das questões de segurança, as crises do petróleo evidenciaram uma dependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e o declínio de influência de potências no sistema internacional, foram fatores importantes para que a teoria neoliberal começasse a ganhar destaque e se adequasse às novas necessidades do cenário internacional (Peres, 2009). Um dos principais autores que desenvolveram essas ideias neoliberais foi Robert Keohane.

Na sua obra intitulada “After Hegemony (1984) ” Keohane defende que a cooperação internacional é possível e pode ser facilitada por regimes internacionais. Também afirma que os regimes devem ser mantidos para promover a cooperação pois, as condições para mantê-los são menos exigentes do que para criá-los (Keohane, 1984). Vale ressaltar que ao defender a possibilidade de cooperação Keohane não descarta a possibilidade de conflitos. Ele define a cooperação internacional como um processo pelo qual as políticas seguidas pelos Estados são consideradas pelos seus parceiros como facilitadores da realização de seus próprios objetivos. E concluem que “*Cooperation involves mutual adjustment and can only arise from conflict or potential conflict. It must therefore be distinguished from harmony*” (Keohane, 1984, pg 63).

Esses discursos neoliberais impulsionaram vários países a realizar mudanças em suas estruturas econômicas. Isso porque além da cooperação, o neoliberalismo tinha como pressuposto a mínima intervenção do Estado na economia, trazia políticas de privatização, livre circulação de capitais e princípios que baseiam uma integração regional econômica (MOLLO e AMADO, 2001). Segundo Castro (2012, pg. 59):

A integração sub-regional do Mercosul, por exemplo, não pode ser dissociada do neoliberalismo resultante do Consenso de Washington de 1989 ou ainda das visões de mundo defendidas pelos principais atores políticos da época que carregavam mandatos em prol da defesa da formação de blocos regionais.

Já para o Neorealismo a Integração é vista como um instrumento de alianças e barganha entre os Estado. Kenneth Waltz, que é precursor dessa teoria, foi inspirado por ambições científicas da época da Guerra Fria e foi influenciado por conceitos explicativos de microeconomia, o que lhe permitiu um novo olhar sobre a estrutura sistêmica dos Estados (Neuss, 1979). Suas principais bases teóricas têm foco na estrutura do sistema internacional e em suas consequências para as relações internacionais.

O neoreaslimo sustenta que a natureza do sistema internacional é definida pelo princípio da anarquia, pela estrutura do sistema internacional e pela distribuição de recursos medida pelo número de grandes potências do sistema internacional. Waltz afirmava que mesmo que os Estados tivessem suas diferenças políticas e econômicas, eles são parecidos na maneira como funcionam. E que suas reais diferenças são suas capacidades (Peres, 2009).

As teorias neoliberais e neorealista concordam que existem regimes e instituições internacionais. Mas divergem quanto ao seu impacto e interpretação da estrutura do sistema, pois para o neorealismo os Estados estão em competição, a integração seria apenas uma ação de um Estado maior para restringir o outro (CASTRO, 2016). Para os Neorealistas a estrutura é dada de maneira hierárquica, pois, as grandes potências contrabalanceiam umas às outras. Além disso, não negam a possibilidade de cooperação, mas, consideram que é mais difícil obter e manter esse tipo de relacionamento entre os Estados. Ademais, acreditam que os ganhos são relativos, ou seja, se preocupam com quem ganhará mais com a cooperação internacional e dessa forma tentam maximizar suas capacidades.

Para os Neoliberalistas a estrutura é dada de maneira horizontal pois, as relações se caracterizam por uma complexa interdependência, sejam elas, as muitas formas de conexões entre a sociedade, além das relações políticas de governo, acordos transnacionais entre corporações, empresa e negócios. Portanto, essas relações evidenciam a busca dos Estados por ganhos absolutos, ou seja, estão

concentrados em maximizar o nível total de ganhos de todas as partes. Sendo assim, as questões de interdependência diminuem a probabilidade de conflitos entre Estados, pelo fato de gerar uma maior previsibilidade de suas ações. Conforme mostra a obra de Keohane:

Cooperation occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination. To summarize more formally, intergovernmental cooperation takes place when the policies actually followed by one government are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination (Keohane, pg. 51, 1984)

Logo, as teorias divergem também quanto aos assuntos propostos em suas agendas, isso porque, para os neorealistas a questão da segurança é primordial para a defesa do interesse nacional especialmente devido a anarquia. Já os neoliberais concentram suas agendas na economia política internacional e no meio ambiente, fazendo com que a questão militar não domine mais os assuntos de sua agenda, pois não há uma hierarquia entre as questões. A agenda é afetada por problemas internacionais e domésticos, consequência do crescimento econômico e o aumento da interdependência. Segundo Mariano (1995, p. 19):

O neoliberalismo, da mesma forma que o realismo, considera que os Estados são os atores centrais nas relações internacionais, porém, diferentemente dos realistas, considera que as instituições internacionais são atores relevantes dentro do sistema internacional.

As teorias de Relações Internacionais servem de base para configuração contemporânea da integração Regional econômica, ao explicar as diferentes visões desse processo, finalidades e consequências para o Sistema Internacional. Além disso discutem a importância do papel dos novos atores nos processos de integração e cooperação internacional.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MERCOSUL

O Mercosul é um “bloco econômico que tem por objetivo a integração sócio-cultural e a livre circulação de bens, de capital e de conhecimento entre os Estados Partes” (CECY, 2017). Fazem parte desse bloco, como membros efetivos, o Brasil,

Argentina, Paraguai e Uruguai. O Brasil e a Argentina são principais países membros do Mercosul, dessa forma para delimitação do tema leva-se em consideração os dados dos dois países.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS MPEs NO BRASIL

Sancionada em 2006 a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Brasil, define “microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada” (SEBRAE, 2018), que possui receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 correspondente às microempresas, as empresas de pequeno porte com renda anual superior a 360.000,00 reais até 3.600.000,00 e o microempreendedor individual com receita bruta anual de até R\$ 60.000,00 (PLANALTO, 2006). Essa lei foi criada com o objetivo de garantir o tratamento diferenciado, para que os processos de abertura, licenciamento e regime tributário fossem mais simplificados.

Atualmente o Brasil está atingindo a marca de 12 milhões de microempresários, uma realidade bem diferente do ano de 2006 quando possuía menos de 1 milhão (SEBRAE, 2017). Esse número vem crescendo, porque as pessoas que possuíam uma atividade econômica autônoma buscaram a formalização, com a desburocratização e benefícios que a Lei Geral proporcionou.

Uma característica positiva dessa Lei, é que com o passar dos anos ela vai sendo modificada para se adequar às mudanças na economia e assim continuar favorecendo as MPE. Por isso, hoje as microempresas representam 98% do total de empresas brasileiras a serem responsáveis por 52% dos empregos formais e 20% do PIB (SEBRAE, 2017).

Existem no Brasil, segundo estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mais de 4 milhões de pequenas empresas, que representam 49% dos salários e 50% dos empregos gerados no País. Dados da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)¹⁰³ indicam que seriam aproximadamente 5 milhões de estabelecimentos formais de micro e pequenas empresas no País, responsáveis por 20% do PIB e 56% da força de trabalho urbana, o que representa 16 milhões de empregos no setor privado, do total de cerca de 20 milhões existentes. (VIDAL, 2011, p. 121)

Uma outra característica importante é que a maioria dos órgãos responsáveis pelas microempresas estão presentes em todos os estados, e atuam de maneira

conjunta para diminuir os problemas encontrados no processo de abertura, formalização e consolidação. Essas autonomias dentro de cada região fazem com que os problemas não sejam levados a esferas maiores.

Com essa nova conjuntura das MPE os últimos 10 anos estão sendo marcados também por uma maior inserção no comércio internacional. Devido às políticas externas adotadas pelos Estados e a crescente necessidade de o Brasil estar inserido internacionalmente.

No que se refere às microempresas, Rodrigues (2000) diz que elas são potencialidades e instrumentos para o desenvolvimento uma vez que estão espalhadas por todo o país. Estejam elas em áreas de ressaca, favelas ou cidades distantes, em qualquer lugar há um pequeno empreendedor, que ajuda a sua região a se desenvolver.

A quantidade de Microempresas no comércio exterior possui aspectos interessantes, pois em números equivale a 60% das empresas exportadoras brasileiras, entretanto, quanto ao volume de exportação representa apenas a margem de aproximadamente 1% (SEBRAE, 2017). Isso se deve ao fato das MPE possuírem uma menor escala produtiva e quantidade baixas de colaboradores, além da dificuldade no atendimento de grandes demandas.

Para Minervini (2008) o comércio exterior tem grande importância no crescimento e desenvolvimento de um país, como acesso a novos mercados, ganhos de escala, inovação tecnológica, ampliação no fluxo monetário, especialização e qualificação de colaboradores e ampliação das redes de relacionamento.

Segundo Rodrigues (2000) grande parte dos problemas das MPE é devido aos maiores custos e visibilidade se darem para as grandes empresas, já que o faturamento delas são maiores. Porém, como foi abordado o governo juntamente com órgãos e instituições públicas e privadas, têm intensificado a cada ano, programas de estímulos e ações direcionados aos pequenos empreendimentos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS MPEs NA ARGENTINA

O marco para as MPEs na Argentina iniciou a partir da criação da Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica em 1996, e em 1997 da Secretaria para pequenas e médias empresas (BRITO, 2015). De acordo com as resoluções do Ministério da Economia da Argentina N° 401/89 e N° 208/93, as Micro e pequenas são caracterizadas com base em cada unidade produtiva e em cada setor econômico.

No setor industrial as MPEs podem ter até 300 funcionários, valor dos ativos produtivos de até US \$ 10.000,00 e vendas de até US \$18.000.000,00. No setor de comércio e serviços a equipe deverá ter até 100 funcionários e valor de patrimônio líquido de até US \$ 2.500.000,00. No setor agrícola a renda bruta anual deverá ser de até US \$ 1.000.000 e capital produtivo de até US \$ 3.000.000. (ECYT-AR, 2017)

Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas, as MPEs na Argentina “são 99% das empresas do país, ofertam 70% do total de empregos formais e contribuem com 54% do PIB (SEBRAE, 2017, p.1). No que se refere aos dados de exportação, elas representam 79% das empresas que exportam.

Na Argentina, as MPME também desempenham um papel relevante no modelo de crescimento econômico e na busca do desenvolvimento social. Segundo o Ministério da Indústria Argentina (MI, 2014), “as pequenas e médias empresas têm um papel preponderante dentro do modelo de crescimento econômico com inclusão social, e têm acompanhado o processo de expansão industrial mais importante da história argentina [...]”. O segmento de MPME soma 99% do total de empresas do país, o equivalente a 603 mil empresas (10% industriais), sendo 229 mil criadas na última década; respondem por 60% dos empregos e 45% das vendas totais (HAFFNER, SANTOS E MENEZES, 2016, p. 59).

De forma geral “na região sul-americana, micro e pequenas empresas podem corresponder a mais de 80% das empresas instaladas, com um total de 50 milhões de micro e pequenos empresários, que empregam 150 milhões de pessoas” (VIDAL, 2011, pg. 91). Isso mostra o quanto as MPEs possuem relevância dentro da economia nesses dois países e conseqüentemente para o Mercosul.

4 AS MICRO EMPRESAS COMO ATORES NA NEGOCIAÇÃO DO MERCOSUL

A América do Sul foi marcada por transformações em suas relações econômicas e regionais. Assim como em outros continentes iniciou-se uma visão de

redução de barreiras e abertura de mercados a partir de 1980. Após quase 10 anos de negociações e acordos, em 1991 é instituído o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) por meio do Tratado de Assunção, com o objetivo de integrar e desenvolver o potencial econômico de seus países.

Com a instituição do Mercosul as relações comerciais e financeiras foram ampliadas e o processo de integração foi intensificado. Além disso, atores importantes dentro da economia começaram a ter seu papel nas negociações dessa integração.

Inicialmente os Estados, multinacionais, transnacionais e empresas de grande porte tinham um papel quase predominante na defesa de seus interesses dentro do Mercosul. Porém, com o aumento significativo do número de Microempresas, houve a necessidade de discutir a importância das MPEs no processo de negociação do bloco. Segundo Vidal (2011):

A necessidade de se promover uma reflexão sobre o papel das pequenas e médias empresas, incluindo as microempresas (MPMEs), no marco das políticas públicas desenvolvidas para o MERCOSUL – parte da constatação de que ainda não se logrou dar adequado tratamento ao tema, passados vinte anos da assinatura do Tratado de Assunção.

Isso porque as MPEs possuem potencial ao estímulo da criação de empregos, renda, desenvolvimento econômico e social. Para Vidal (2011) as MPEs têm função social, pois “sua promoção significa gerar renda e redistribuição de riqueza, bem como atender a necessidades de consumo e de prestação de serviços, por vasto território”. Uma vez que as MPEs consolidem seu papel dentro do bloco de agente de promoção ao desenvolvimento, os processos de negociações do Mercosul para esse grupo econômico seriam mais eficazes e trariam maior retorno econômico para os seus Estados.

Segundo Haffner, Santos e Menezes (2016) as MPEs contribuem para o processo de integração, pois são estrategicamente instrumentos para o desenvolvimento econômico. Segundo eles:

Os Estados da região estão buscando cada vez mais concretizar a contribuição potencial destas empresas, em termos de geração de renda e empregos, e aumento das exportações, dos investimentos e do crescimento econômico. Igualmente, os Estados acreditam em sua contribuição para a amenização da pobreza nos países em desenvolvimento e para o aumento da competitividade regional de economias desenvolvidas (HAFFNER, SANTOS E MENEZES, 2016, p. 59).

Outro aspecto relevante das MPEs para a integração é a flexibilidade diante das crises ao suportá-las com maior resistência do que as grandes empresas. Essa resistência às crises fazem com que os efeitos negativos cheguem com menor impacto na economia interna.

No que se refere aos dados de exportação dentro do Mercosul, esse quantitativo vem aumentando com o passar dos anos. Segundo dados do SEBRAE (2017) “em 2016, cerca de 25.550 empresas brasileiras exportaram. Dessas, 6.269 venderam para a Argentina, sendo que 14% (900) eram negócios de micro e pequeno porte”.

Sobre as políticas de integração para MPEs, em 1998 foi criado o Programa de Integração Produtiva, com o objetivo de fortalecer, realizar negócios e levar os benefícios da integração. Segundo Vidal (2011, pg. 118) essas políticas

Ao ocuparem espaço maior na agenda da integração e na formulação de políticas, poderão ser beneficiadas pelo MERCOSUL e fazer com que, ao mesmo tempo, o MERCOSUL passe a contar com maior capilaridade social, fortalecendo-se a sua dimensão sociolaboral.

Porém, o papel das MPEs dentro dos foros de políticas de integração possui pouca atuação. Isso porque ainda prevalecem a defesa dos interesses nacionais como objetivo da política externa dentro do Mercosul.

É importante analisar por que as grandes empresas ocupam grande espaço na agenda da integração construída ao longo dos últimos anos. Trata-se de um objetivo em si mesmo – defender as grandes corporações – ou seria reflexo da estrutura econômica do Brasil? Parece mais claro que a segunda opção é a mais apropriada. A negociação nos foros do MERCOSUL não ocorre com o objetivo de defender as grandes empresas. Ocorre, contudo, que as grandes empresas dominam a cena econômica brasileira, embora não sejam as maiores geradoras de emprego ou tenham maior função social que as pequenas. São, sim, as maiores geradoras de renda, em especial de rendas provenientes do setor exportador (vale recordar que são responsáveis por cerca de noventa e oito por cento das exportações totais brasileiras) (VIDAL, 2011, pg. 15)

As Microempresas apesar de apresentar dados relevantes como mostrado anteriormente, ainda não conseguiram se consolidar dentro das principais agendas de discussão para a integração regional. Mas, já possuem políticas que possibilitam uma maior interação dentro do bloco econômico.

Um exemplo de estímulo à integração para as MPEs brasileiras segundo o SEBRAE (2017) é o “Simples Internacional”, que entrou em vigor ano passado e

tem: a Argentina como interconexão inicial. Além da questão tributária, outros benefícios já são visíveis e vão auxiliar na desburocratização das transações comerciais, principalmente no que tange ao câmbio, uma vez que remetentes e destinatários dos países que o integrarem poderão executá-las, recebendo os pagamentos em suas respectivas moedas por meio do Sistema de Moeda Local (SML). Esse programa teve origem a partir do “Simples Nacional” que segundo a Receita Federal “é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”.

Grandes são as perspectivas para esse setor empresarial através desse programa que se encontra em forma de adaptações, mas daqui há alguns anos, o SEBRAE (2017) tem a perspectiva de que os números de microempresas exportadoras alcancem o número desejado dentro bloco. Com isso, possibilitar um cenário mais favorável para que as MPEs possam se desenvolver e ajudar na integração regional econômica do Mercosul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema internacional passou por grandes transformações desde o final da Segunda Guerra mundial. Como foi mostrado os países sentiram a necessidade de criar estratégias de integração e cooperação para dinamizar suas economias, diminuindo barreiras políticas e econômicas.

Na primeira seção, foram apresentados conceitos e aspectos históricos da integração regional. Verificou-se que definir integração é algo complexo e que se modifica de acordo com o contexto no qual ela está sendo discutida. Mas, como uma visão simplificada da Integração ela pode ser definida como um processo de redução de barreiras econômicas de ação coletiva sobre um determinado problema em comum entre os Estados.

Na segunda seção, a integração regional foi discutida através da visão das teorias das relações internacionais. O funcionalismo defende a ideia de que com a identificação de um problema em comum entre os Estados, a necessidade de colaboração entre eles seria mais eficaz e funcional. Como aperfeiçoamento dessa

teoria, foi visto que, o neofuncionalismo nasce com o objetivo de entender a ideia das instituições internacionais, com ênfase nos efeitos da integração a partir de novos setores e atores. Já para o neoliberalismo e neorealismo que se originaram a partir de debates antagônicos dentro das relações internacionais, trazem uma discussão sobre os ganhos do processo de integração e cooperação. Para os neoliberais esses processos oferecem vantagens mútuas, para o desenvolvimento de um alto nível de integração de comércio, comunicação e relações de transações através das fronteiras, com a mínima intervenção do Estado e com a inserção de novos atores. Para os neorealismo a integração é vista como um instrumento de barganha e alianças, onde os Estados se integram para maximizar o nível de ganhos.

Na terceira seção apresentou-se a classificação e conceito das Micro e pequenas dentro dos principais países do Mercosul. Foi analisado a partir de dados que as MPEs apresentam um indicativo de promoção ao crescimento econômico e de desenvolvimento social. Contribuem para o PIB de seus países, geração de empregos, inovação empreendedora, redução da pobreza e redistribuição da renda.

Na quarta e última seção foi realizado um levantamento acerca do processo do Mercosul, aliado ao papel das Microempresas dentro do bloco. Este mostrou que a medida que as MPEs ocuparem maior espaço na economia, e forem beneficiadas com políticas públicas, a capilaridade do processo de integração será fortalecida dentro do Mercosul. Pois, diferentemente das grandes empresas que estão concentradas em um determinado local, esse grupo econômico consegue alcançar várias regiões contribuindo em uma maior extensão, socialmente e economicamente no processo de integração regional.

Em linhas gerais MPEs têm um papel importante no processo de integração regional pois são geradoras de emprego, contribuem para o crescimento da economia interna e do bloco, reduzem a vulnerabilidade e os efeitos dos choques externos e socialmente “fazem a ligação entre o MERCOSUL e a sociedade de forma mais ampla” (VIDAL, 2011, p. 75).

ABSTRACT

Regional integration is a complex and dynamic phenomenon. This process was intensified from the Second World War when the states began to feel the need to integrate. Since then, many countries have initiated the creation of agreements and treaties aimed at the formation of economic blocks that Shared common goals. Initially negotiation relations were through the States, but with the increase of actors in international relations, integration processes began to involve different types of international organizations, multinationals, large and Small businesses. The objective of this work was to evaluate what has been the importance of the participation of Micro and small businesses in the process of integrating Mercosur. It is also understood that MEPS enhance regional integration by playing an important role in economic, social for Mercosur.

Keywords: Regional Integration. Mercosur. Micro and small businesses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Integração Regional: Uma Introdução. São Paulo, Ed. Saraiva, 2013.

AZEVEDO, Francisco F. LOCATEL, Celso Donizete. A América Latina face à Política de Integração Econômica Regional no Mundo Subdesenvolvido XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A integração Regional, a Estratégia Europeia de Desenvolvimento e algumas comparação com o Mercosul. Revista Latinoamericana de Educación Comparada. pp 40-40 / relec / Año 5 N°5 / 2014 / ISSN 1853-3744 / Dossie.

BATTISTELLA, Dario. Teoria das Relações Internacionais – São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2014.

BRITO, Eurides Viana de. A Inserção de Pequenas e Médias Empresas nas Cadeias Globais de Valor: os casos de Brasil e Argentina. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília-UnB, Brasília, 2015.

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG, 2012

CECY, Carlos. Mercosul. Definição e Estados Partes. CFF, São Paulo, 2017.

ECYT-AR. Micro, pequenas e médias empresas na Argentina.
https://cyt-ar.com.ar/cyt-ar/index.php/Micro,_pequeñas_y_medianas_empresas_en_Argentina.

FEDERAL, Receita. Simples Nacional. Disponível em:
<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/documentos/pagina.aspx?id=3>>. Acesso em: 1 jan. 2018.

HAAS, Ernst B. International Integration: The European and the Universal Process. International Organization, 15, 1961.

HAFFNER, Jacqueline A. SANTOS, Leandro T. MENEZES, Nadia B. Micros, pequenas e médias empresas: atores importantes no espaço regional do Mercosul?. v. 19, n. 3, p. 51-70, set-dez 2016.

HERZ, Monica, RIBEIRO HOFFMANN, Andrea, Organizações Internacionais. História e Práticas, Rio de Janeiro, Ed.Campus, 2004.

JACKSON, Robert H. e SORENSEN, George. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JUNIOR, Umberto Celli. Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia. Editora Juna, 2007.

KEOHANE, Robert O. After hegemony. Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 1984.

KIFFER, André G. Primeira Guerra Mundial na Europa, 1914-1918. Edição 1. Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, João B. Mercosul: Processo de Integração: Origem, evolução e crise. São Paulo, Ed. Aduaneiras Ltda, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. História das Guerras. São Paulo, 2013.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção PROPG Digital- UNESP). ISBN 9788579837043. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138609>>. Acessado em 16/052018.

MARQUES, Daniel Pedro. A teoria de integração regional neo-funcionalista. São

Paulo, 2017.

MINERVINI, N. O exportador: ferramentas para atuar com sucesso no mercado internacional. 5 ed. São Paulo: Parson Prentice Hall, 2008.

MOLLO, Maria de L. R. AMADO, Adriana M. Globalização e Blocos Regionais: Considerações Teóricas e Conclusões de Política econômica. Est. Econ., São Paulo, V.3, 2001.

MOREIRA, Cássio Silva. A integração Regional como Resposta ao Processo de Globalização. Gestão Contemporânea, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243, jan./jun. 2010.

Neuss B. (2007) Kenneth N. Waltz, Theory of International Politics, Nova York 1979. Em: Kailitz S. (eds) Obras-chave da Ciência Política. VS editora de ciências sociais.

NYE, Joseph. Cooperação e conflito nas relações internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, Celso M. ESPÍNDOLA, Isabela B. Harmonização das Normas Jurídicas Ambientais nos Países do Mercosul. Ambient. Soc. vol 18 no.4 São Paulo, 2015.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000400002.

Acessado em: 10/04/2018.

PERES, H. Freitas. The debate between Neorealism and Neoliberalism. Revista Intersaberes, Curitiba, ano 4, n. 7, p. 69 - 88, jan/jun 2009.

PLANALTO. Lei n. 123/06, de 14 de dez. de 2006. Complementar Das Micro E Pequenas Empresas. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. BRASILIA, p. 01-02, dez. 2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017

PRESIDENT Woodrow Wilson's Fourteen Points. 8 January 1918: 2008 Lillian Goldman Law Library. http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp.

Acessado em: 23/10/201

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Método e Técnicas de Pesquisa do Trabalho Acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo, 2013.

RODRIGUES, Mônica E. O conhecimento nas Micro e Pequenas Empresas. Universidade do Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 2000.

SEBRAE. A evolução das microempresas e empresas de pequeno porte de 2009 a 2012. Brasília. 2017.

SEBRAE. A Internacionalização das Micro e Pequenas Empresas. Oportunidades sugeridas pela experiência internacional Brasília. 2018. 180 p.